



Delta Informa



Informativo do Sindicato dos Delegados de Polícia e da Associação dos Delegados de Polícia do Distrito Federal

De 15 a 21 de janeiro de 2016 - Edição nº 029

ENTIDADES INTEGRADAS BUSCAM MELHORIAS JUNTO À DIREÇÃO-GERAL DA PCDF

Nesta semana, os diretores das Entidades Integradas estiveram reunidos com o Diretor-Geral da Polícia Civil do DF, Eric Seba, para tratar do reconhecimento da licença-prêmio por assiduidade para os servidores da PCDF, em face da alteração legislativa determinada pela Emenda a Lei Orgânica n.º 90/2015 (Ofício n.º 11/2015, em anexo).



Na ocasião, o Exmo. Diretor manifestou o entendimento pelo reconhecimento do direito dos servidores, todavia informou que seria necessário fazer uma consulta ao TCDF sobre a matéria, visando adequar os efeitos da decisão vinculante n.º 6868/2006 do TCDF à legislação em vigor. Para tanto, informamos que será elaborado memorial para fundamentar a consulta em tela.

Outrossim, foi apresentada demanda referente a implementação de auxílio-moradia para os servidores da PCDF (Ofício n.º 01/2016, em anexo), consagrado na Lei 4878/65, e ratificado pela ELO n.º 90/2015. Desta feita, o Diretor-Geral afirmou ser favorável ao benefício e determinou a realização de cálculo de impac-

to financeiro, com o objetivo de instruir o pleito no GDF, ofertado pelas Entidades Integradas.

Quanto à regulamentação das folgas decorrentes de plantões, o Dr. Eric Seba asseverou que a Instrução Normativa será publicada esta semana, atendendo assim a demanda dos Delegados de Polícia ofertado por estas Entidades, com o fito de reconhecer o direito à concessão de folgas aos delegados cartorários escalados em finais de semana, de forma a não contabilizar os dias não úteis no cômputo das folgas decorrentes do plantão.

Foi reiterada ao diretor a urgente necessidade de se fazer valer, em sua integralidade, os comandos excertos na Lei 12.830/2013, conferindo plena

autonomia ao cargo de Delegado de Polícia na PCDF, com a publicação de instrução normativa que adequa as regras administrativas com as normas legais vigentes.

Por fim, ofertamos pedido ao Diretor-Geral de elaboração de cálculo de impacto financeiro relativo ao aumento dos subsídios nos mesmos termos almejados pela PF (Ofício n.º 04/2016, em anexo), com o objetivo de instruir requerimento endereçado ao Sr. Governador de manutenção de isonomia entre as instituições, conforme compromisso assumido em campanha, em reunião no clube da ADEPOL/DF.

Acesse os ofícios:
<http://goo.gl/4y2ruK>

NOTA: CASO LARIZZATTI

Diante da repercussão do vídeo publicado pelo Delegado de Polícia Rodrigo Larizzatti em uma rede social, as Entidades Integradas se posicionaram sobre o fato. Leia nota na íntegra:

A Associação e o Sindicato dos Delegados de Polícia do DF apoiam o Delegado Rodrigo Larizzatti e esclarecem que a audiência de custódia vigora no Brasil devido ao grande número de presos provisórios, no entanto, a partir do momento em que o Poder Judiciário aloca magistrados para saírem de suas atividades de julgamento para atividades na audiência de custódia, há diminuição razoável de julgamentos. Ou seja, cresce a quantidade de processos em curso sem a de-

vida finalização. Pensamos que o ideal seria acelerar os julgamentos dos presos provisórios e não soltá-los deixando os processos em aberto. Para tanto, também se faz necessária a diminuição de recursos processuais disponíveis, que também atrasam demais o julgamento final desses processos.

As Entidades Integradas – Adepol & Sindepo – destacam também que concordam com a Associação Nacional dos Magistrados Estaduais nos seguintes pontos:

- Não é razoável acreditar que alguém seja preso em flagrante indevidamente e que o Delegado de Polícia ratifique a ilegalidade, que o Promotor

concorde com ela e que o Defensor Público se omita.

- O que precisamos é de mais presídios para acolher a criminalidade absurda que assola no nosso País. Precisamos é de uma legislação processual penal com aplicação imediata da prisão dos delinquentes condenados no primeiro grau e não essa hedionda infinidade de recursos, o que transforma a decisão do Juiz do Primeiro Grau em tábula rasa. Atualmente a bandidagem - com e sem gravata - tomou conta deliberadamente deste nosso Brasil. Direitos humanos sim e sempre. O que não pode ser confundido com a impunidade.

NA MÍDIA

fato online

Notícias Opinião Entrevistas Fato/agora Especiais

Política

Economia

Brasília

Esportes

TVFato

[Home](#) // [Notícias](#) // [Polêmica](#)

Decisão de juiz de liberar traficantes reacende polêmica entre polícia e judiciário

Após longa investigação, Rodrigo Larizatti, que é Delegado titular da 4ª DP (Delegacia de Polícia) do Guará, prendeu, em flagrante, um casal de traficantes. Menos de 24 horas depois, por decisão de um juiz, os dois estavam soltos

Leia: <http://goo.gl/Z2YI5I>

NA MÍDIA



The screenshot shows a news article on the CBN website. At the top, there is a red navigation bar with a menu icon, 'MENU', a play button icon, 'AO VIVO', and the CBN 25 ANOS logo. Below the navigation bar is a header section with a portrait of Estevão Damázio on the left and the text 'CBN Brasília com Estevão Damázio' and 'Segunda a sexta, de 9h30 às 12h, e sábados, de 10h às 12h' on the right. The main content area has a timestamp 'TERÇA, 12/01/2016, 13:35' and a large title 'Audiências de custódia'. Below the title is a short paragraph: 'Resolução do CNJ que regulamenta a medida entra em vigor em fevereiro. Apesar de já ser adotada nos estados, ainda gera polêmica.' At the bottom of the article, there is a play button icon with 'DURAÇÃO: 26:30' and a row of social media sharing icons: email, Facebook, Twitter, Google+, and YouTube.

MENU AO VIVO CBN 25 ANOS

CBN Brasília com **Estevão Damázio**
Segunda a sexta, de 9h30 às 12h, e sábados, de 10h às 12h

TERÇA, 12/01/2016, 13:35

Audiências de custódia

Resolução do CNJ que regulamenta a medida entra em vigor em fevereiro. Apesar de já ser adotada nos estados, ainda gera polêmica.

 DURAÇÃO: 26:30

    

Ouçã: <http://goo.gl/JVMrn0>

NA MÍDIA



TV Record: A reportagem sobre audiência de custódia será disponibilizada na próxima semana.

NA MÍDIA

Saúde x Segurança

O GDF anunciou ontem a nomeação de 1.455 profissionais de saúde para a rede pública. No ano passado, 1.056 concursados da área foram contratados e 722 tomaram posse.

O reforço no quadro de servidores da saúde, no entanto, provocou reações negativas por parte do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal (Sindepó). O diretor Rafael Sampaio alegou que o Executivo local deixou clara a predisposição de não colocar a segurança pública no mesmo patamar de importância da saúde. “A situação fica ainda mais grave. O quadro atual da Polícia Civil é menor do que em 1996. Há uma completa falta de servidores”, reclamou.

O governador do DF, Rodrigo Rollemberg, havia prometido, durante as eleições, que nomearia 622 policiais civis aprovados em concurso ainda no primeiro ano do mandato. Até o momento, 51 foram convocados. Sampaio acredita que a situação da categoria só tende a piorar, pois, até 2019, 40% do efetivo atual deve se aposentar. “Essa nomeação é urgente, principalmente para que outro certame possa ser anunciado”, afirmou o diretor do Sindepó.

Caso o GDF faça a nomeação dos 571 policiais civis que ainda estão dentro da margem prometida por Rollemberg, Sampaio explica que o quadro de servidores da corporação ficará semelhante ao de 2006.

SENADO: PROJETO TRANSFORMA 3 DE DEZEMBRO EM DIA DO DELEGADO DE POLÍCIA

Está pronto para deliberação no Plenário do Senado projeto de lei da Câmara dos Deputados (PLC 126/2013) que institui o dia 3 de dezembro como o Dia do Delegado de Polícia.

O relator da proposta na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, ex-senador Gim Argello, ressaltou a importância dos delegados policiais na condução da investigação criminal e na luta incessante pela segurança pública. Para ele, a criação de uma data comemorativa em âmbito nacional expressa a necessidade da efetiva valorização da categoria, “que possa levar sua autuação, em todo o nosso território, a pa-



drões cada vez mais elevados de eficiência e legalidade”.

O autor da proposta, deputado Lourival Mendes (PTdoB-MA), explicou que em 3 de dezembro de 1841 o imperador Dom Pedro II

promulgou a Lei 261, que criou o cargo de delegado de polícia. Daí a escolha desse dia para comemorar a profissão.

Fonte: <http://goo.gl/hyfce1>

CÂMARA COMEÇARÁ ANO LEGISLATIVO COM TRÊS MPS TRANCANDO A PAUTA DE VOTAÇÕES

Uma das medidas provisórias eleva o Imposto de Renda da Pessoa Física sobre o ganho de capital. A outra autoriza a loteria instantânea Lotex a também explorar comercialmente eventos de apelo popular e licenciamentos de marcas e de personagens. A terceira modifica a estrutura e competências de ministérios e de órgãos da Presidência da República.

Dezenove medidas provisórias (MPs) estão em tramitação no Congresso Nacional. Desse total, três (692/15, 695/15 e 696/15) já estão trancando a pauta de votações da Câmara dos Deputados, em cujo Plenário tem início a votação dessas proposições.



De acordo com a Constituição, as medidas provisórias trancam a pauta do Plenário da Casa onde estiverem tramitando 45 dias depois da sua edição, desde que tenham sido votadas por comissão mista — de deputados e senadores — encarregada de analisá-la.

Do total de MPs, 18 foram editadas em 2015 e uma em 2016. Algumas MPs, por terem sido editadas no recesso parlamentar ou próximo a ele, ainda não tiveram suas comissões mistas instaladas.

Leia mais:

<http://goo.gl/DSVTTj>



EIXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS/ anacampos.df@dabr.com.br

Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Outro cargo

Cotada para assumir os casos de intolerância, a delegada Sandra Gomes Melo (foto) será nomeada para outro cargo: chefe de gabinete da Secretaria de Segurança Pública. A coordenação que ela comanda hoje – de Atendimento a Grupos Vulneráveis – será extinta na reestruturação para a criação da nova delegacia.



Delegacia para crimes de discriminação

Será criada, na próxima quarta-feira, dia mundial da religião, a Delegacia Especial de Repressão aos crimes contra o idoso e de intolerância, que ficará responsável pelos inquéritos relacionados a discriminações religiosas, raciais, por idade, por orientação sexual e a pessoas com deficiência. A inauguração da nova unidade policial foi anunciada no ano passado, pelo governador Rodrigo Rollemberg (PSB), depois de ataques a terreiros e violações de estátuas na Prainha, que são símbolos de religiões de matizes africanas. O diretor-geral da Polícia Civil do DF, Eric Seba, discutiu ontem, em reuniões, os últimos detalhes da reestruturação no órgão, com a extinção de uma coordenadoria, que vai possibilitar a criação da nova delegacia.



Delegada no comando

O nome de quem vai chefiar a Delegacia Especial de Repressão aos crimes contra o idoso e de intolerância será definido até o fim da semana. Uma coisa é certa. O diretor da Polícia Civil, Eric Seba, quer uma delegada na função.

CONSELHO EDITORIAL

Presidente da ADEPOL: Dr. José Werick de Carvalho
Presidente do SINDEPO: Dr. Benito Augusto Galiani Tiezzi
Diretor de comunicação: Ronney Matsui

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Mídia e Conexão

Jornalista responsável: Taynara Melo
Diagramação: Rakell Simon

Facebook: <https://www.facebook.com/AdepoleSindepDF>
Facebook: <https://www.facebook.com/QueroSerDelegadoOFICIAL>
Twitter: @AdepolSindepDF
E-mail: imprensa@adepolsindep.org.br

ADEPOL-DF (61) 3233-0068
SINDEPO-DF (61) 3234-0575